

OS VIRTUOSOS

Os Estadistas que
Fundaram a República
Brasileira

ANMOSTRRA

LUIZ FELIPE
D'AVILA

OS VIRTUOSOS

Os Estadistas que
Fundaram a República
Brasileira

70

Rio de Janeiro, 2025

Os virtuosos

Copyright © 2025 Almedina Brasil/Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina Brasil do Grupo Editorial Alta Books (STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA).

Copyright © 2025 Luiz Felipe D'Ávila.

ISBN: 978-65-542-7351-0

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A957v
1.ed.- D'Ávila, Luiz Felipe.
Os virtuosos: os estadistas que fundaram a República Brasileira / Luiz Felipe D'Ávila. - Rio de Janeiro: Edições 70, 2025.
288 p.; 15,7 x 23 cm.

ISBN 978-65-542-7351-0

1. História do Brasil. 2. República - fundação.
3. Pensamento político. 4. Biografias de estadistas brasileiros. I. Título.

CDD 981.06

Índice para catálogo sistemático:
1. História do Brasil - República, 1889- - 981.06

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Almedina Brasil é uma Editora do Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Produtora Editorial: Luna Bolina

Revisão Gramatical: João Guterres

Diagramação: Roberto Maia

Capa: Diego Santos


ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouidoria: ouvidoria@altabooks.com.br


alabr
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
EDITORES ASSOCIADOS

Editora
afiliada à:

ASSOCIADO

CIP
Cadastro
do Livro

SUMÁRIO

A POLÍTICA E A VIRTUDE	1
O GOLPE DO DIA 15	11
A LUTA CONTRA OS DÉSPOTAS DA REPÚBLICA	29
PRESIDENTE E CIDADÃO	83
A DISPUTA ENTRE DOIS PAULISTAS	127
A HERANÇA BENDITA	167
DOIS AMIGOS E A CRIAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO	207
A CAMPANHA CIVILISTA SOLTA AS FÚRIAS	243
BIBLIOGRAFIA	279

ANMOSTRRA

A POLÍTICA E A VIRTUDE



Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, uma rebelião militar terminou em golpe de Estado. O imperador D. Pedro II foi deposto e a República foi proclamada no Brasil. Começava, então, um novo regime de governo, que tinha tudo para dar errado. Os militares e os republicanos revolucionários que lideraram o golpe pretendiam criar um sistema republicano muito diferente do modelo idealizado por Thomas Jefferson, James Madison e Benjamin Franklin. O presidencialismo não encantou os revolucionários brasileiros por suas virtudes, mas pelos seus defeitos. Os homens que derrubaram a monarquia brasileira não se importavam com o equilíbrio constitucional entre os Três Poderes, com os princípios federativos e os valores democráticos. Queriam criar uma república “tropicalizada”, em que as instituições servissem apenas para legitimar o mando do presidente da República.

Montesquieu, o filósofo iluminista do século XVIII, dizia que, na sociedade moderna, era preciso converter as virtudes pessoais em virtudes institucionais. Na Grécia antiga, a virtude de um líder político, como Péricles, era suficiente para imprimir o padrão moral, político e cívico na pequena cidade-Estado de Atenas. Mas, no mundo dominado pelo Estado-nação e pela sociedade de massa, as virtudes individuais dos grandes estadistas têm de ser institucionalizada.

A tese política de Montesquieu inspirou os *Founding Fathers* dos Estados Unidos a reunirem-se na Filadélfia, em 1787, para redigir a Constituição americana. Mas, a tarefa dos Pais da Constituição americana não se restringiu apenas à teoria. Depois de ter sido ratificada pelos estados e se tornado a Lei fundamental da nação, eles se voltaram para a arte de governar e praticar o que pregavam na Constituição. Os *Founding Fathers* tornaram-se presidentes da República, ministros de Estado e parlamentares, exercendo um papel decisivo na formação dos hábitos, das práticas políticas e de guardiões dos princípios republicanos.

O resultado deste árduo trabalho perdura até os nossos dias. Os americanos podem criticar o presidente da República, repudiar a política do governador ou detestar o deputado do seu distrito, mas os cidadãos têm enorme respeito e admiração pelas suas instituições. O Congresso, a Suprema Corte, a Presidência da República e a Constituição são veneradas e percebidas como os grandes alicerces que garantem os direitos individuais, a liberdade e a democracia. Nos Estados Unidos, a tese de Montesquieu triunfou magnificamente; as instituições são virtuosas porque foram criadas por homens virtuosos.

As instituições refletem o grau de maturidade política de uma nação. Quanto maior a consciência política das elites e da sociedade, maior será o seu grau de legitimidade, eficiência, transparência e liberdade das instituições. A fragilidade das instituições

revela os sinais de um Estado que valoriza pouco a política, a liberdade e a concorrência. Ela revela um país que prefere a estabilidade à inovação, as relações pessoais às práticas institucionais, o mando à lei. Não há povos politicamente maduros que vivam sob o governo de déspotas e de caudilhos.

A proliferação dos líderes demagogos e dos governos autoritários só ocorre em países que não conseguiram criar instituições fortes e democráticas. Caudilhos detestam ver as instituições cumprindo o seu verdadeiro papel constitucional: o de limitar o poder do governo e de coibir os atos arbitrários dos governantes. Quanto mais frágeis forem as instituições, maior a liberdade dos caudilhos de exercer o seu poder arbitrário e personalista. Na visão política de Getúlio Vargas, Perón e Fidel Castro, a função das instituições é legalizar os atos arbitrários do governo.

Caudilhos exercem um fascínio irresistível nas sociedades latino-americanas. Eles colocam-se acima das instituições e se autodenominam “defensores” do povo. Encarnam a imagem de um chefe patriarcal que pune as elites, zela pelos interesses dos pobres e defendem a nação dos inimigos externos – geralmente inimigos imaginários, como os países ricos e “imperialistas”. Não é à toa que os caudilhos são o câncer que corrói a legitimidade das instituições. Procuram minar a credibilidade das leis, enfraquecer os poderes constitucionais e reduzir as instituições a meros instrumentos de legitimação da política populista.

Não existem estadistas virtuosos que, na vida privada, são imorais, autoritários e corruptos e, na vida pública, pautam suas ações por nobres princípios. Esta dissonância é insustentável e, em algum momento, a hipocrisia é revelada. A máscara cai e o político, que parecia ser virtuoso, revela a gigantesca disparidade entre o seu discurso e a sua conduta. O desejo do Marechal Deodoro da Fonseca, de encabeçar a “revolução” de 1889 para construir uma república democrática, provou ser uma farsa. Logo

depois de ter assumido a Presidência da República, se irritou com as críticas da oposição ao seu governo, interpretou liberdade de expressão como sinônimo de anarquia e resolveu decretar o estado de sítio e fechar o Congresso Nacional. A arbitrariedade do marechal estimulou a articulação de um golpe de Estado para depô-lo logo depois do seu ato despótico.

Apesar de ter liderado a Revolução de 1930 para destruir o mando da oligarquia e fundar uma “verdadeira” democracia, Getúlio Vargas acabou criando uma ditadura. Não era de se esperar outra coisa de um homem que nasceu numa família de gângsteres fronteiriços e acobertou os crimes de seus familiares. Viriato, irmão mais velho de Getúlio, assassinou um estudante quando jovem, mandou matar outro colega de escola e teve de refugiar-se no interior de São Paulo até a Justiça absolvê-lo. Beijo Vargas, o irmão caçula, comandou uma quadrilha de ladrões de carros quando Getúlio era presidente do Brasil e planejou o assassinato de Carlos Lacerda, o principal líder da oposição do governo Vargas.

Felizmente, o Brasil sempre teve uma minoria esclarecida que se rebelou contra o populismo e que lutou para construir instituições sólidas e governos democráticos. Esta minoria representa a elite virtuosa da nação. Seus membros dedicaram-se à vida política, à construção das instituições e à defesa dos governos democráticos. Foram os *Founding Fathers* da República e tornaram-se exemplos de conduta pública e de inspiração política para gerações de brasileiros que sabem que a democracia só funciona numa sociedade em que as instituições públicas são fortes, confiáveis e capazes de transformar princípios em resoluções de Estado e valores em decisões de governo.

Estadistas como Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves defenderam os princípios republicanos, os valores democráticos e as instituições dos ataques sistemáticos dos

caudilhos e dos demagogos. O primeiro capitaneou a batalha pela instauração da república constitucional; o segundo foi o pai do Estado liberal e do saneamento das finanças públicas; o terceiro soube cingir os princípios constitucionais e os valores liberais à eficácia administrativa, o que levou o país a um período de prosperidade econômica e liberdade política.

Os homens virtuosos são reconhecidos pelo seu caráter, pelo seu discurso e, principalmente pela sua ação. Há uma indissociável coerência entre os valores que balizam a sua vida privada e a sua atuação na vida pública. As dificuldades e as frustrações que são obrigados a enfrentar jamais os levam a se desviar dos princípios que defendem e que pautam suas ações. Após a conclusão do seu mandato, Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil do Brasil, voltou para Piracicaba após a conclusão do seu mandato, retomou sua atividade de advogado e continuou a morar na mesma casa simples que vivera com sua mulher e filhos. Não quis mais saber da política partidária e voltou-se para a vida simples de homem do interior.

Campos Sales, o sucessor de Prudente na presidência da República, estava pobre e endividado quando deixou o poder. Além de comprometer o seu patrimônio pessoal e de ser obrigado a levantar empréstimos para pagar as suas despesas privadas enquanto exerceu a presidência da República, ele deixou o cargo vaiado pela população, que protestou contra o seu austero programa econômico. De volta à vida privada, foi reconstruindo lentamente o seu patrimônio pessoal e a popularidade. Com o passar do tempo, o mérito e o esforço de Campos Sales para sanar as finanças públicas foram reconhecidos pela nação; em 1909, ele foi eleito senador por São Paulo.

Os estadistas virtuosos entram na vida pública por uma questão de princípio, por um senso de missão e por um sentimento de dever. Eles não buscam adular o povo; fazem o que é certo e

necessário para assegurar a defesa dos princípios democráticos, zelar pela credibilidade das instituições e garantir a administração de um Estado enxuto e eficaz. Para eles, a política jamais foi um instrumento de se fazer fortuna pessoal ou de se deliciar com os privilégios do poder. Ela é uma atividade que exige dedicação, coragem, perseverança e sacrifício.

A árdua tarefa desses estadistas no início da República consistiu em combater os caudilhos e lutar pela construção das instituições democráticas. Esta preocupação com as instituições e a determinação de defendê-las e de preservá-las foi um fenômeno exclusivamente brasileiro, na América Latina do início do século XX. A conscientização da importância das instituições começou a se manifestar no início do século XIX, quando a família real portuguesa se instalou no Rio de Janeiro e fundou o Império brasileiro. Enquanto a América Latina era um conglomerado de repúblicas governadas por caudilhos, o Brasil era uma monarquia constitucional. A Coroa, o Parlamento e a Justiça eram instituições sólidas e alicerçadas no Estado de Direito, nos princípios constitucionais e nas práticas democráticas. Quando o imperador D. Pedro I tentou agir como um caudilho latino-americano e subjugar as instituições, foi deposto em abril de 1831. Seu filho, D. Pedro II era mais sábio e virtuoso. Sempre prezou as instituições e trabalhou para fortalecê-las. Criou um sistema educacional exemplar, assegurou a liberdade da imprensa e os direitos individuais, estimulando o duelo político-partidário no Parlamento, agindo como um guardião das instituições e um fiel observador da Constituição.

Graças a esta experiência política vivida durante a monarquia, o Brasil conseguiu criar uma elite virtuosa, que soube valorizar os princípios democráticos, o governo constitucional e as instituições públicas. As conquistas políticas, econômicas e sociais do início do período republicano derivam da atuação política dos estadistas virtuosos que foram criados e formados no Império

brasileiro. Eles lutaram pela abolição da escravidão, a adoção do federalismo e as reformas políticas que visavam reformar o sistema eleitoral. Essas bandeiras eram defendidas tanto pelos monarquistas liberais como pelos republicanos. A diferença é que os Liberais pensavam que poderiam realizá-la por meio da monarquia, e os republicanos acreditavam que era preciso mudar o regime político para implementá-las.

O nascimento da República no Brasil foi um período fascinante. Coincidiu com o ciclo da prosperidade do café, que impulsionou o nascimento da indústria nacional, o desenvolvimento sócioeconômico do país, a integração regional e a inserção do Brasil no mundo. Surgiram as estradas de ferro, os grandes portos e a urbanização de cidades; o Rio de Janeiro deixou de ser uma vila colonial para se transformar em uma metrópole pujante, civilizada e urbanizada. Foi uma época em que o Brasil se abriu para o mundo e atraiu a mão de obra imigrante que ajudou a construir uma nação moderna e democrática. Engenheiros ingleses construíram ferrovias e portos, professores franceses educaram a elite intelectual, imigrantes italianos contribuíram para a expansão da lavoura de café e para o desenvolvimento do comércio e da indústria nacional.

O Barão do Rio Branco apelidou a geração de estadistas que fez a transição da monarquia para a república (da qual ele fez parte) de “a república dos Conselheiros”. O termo define bem o perfil dos fundadores do regime republicano. Os Conselheiros foram ministros, parlamentares e administradores públicos durante o reinado de D. Pedro II; na República, tornaram-se presidentes, governadores e ministros de Estado. Prudente de Moraes foi deputado pelo Partido Liberal no Império antes de se tornar presidente da República, em 1894; Rodrigues Alves foi parlamentar, presidente da província de São Paulo e membro do Conselho de Estado durante a monarquia. No período republicano, Rodrigues

Alves atingiu o apogeu político: foi senador, ministro da Fazenda, governador de São Paulo e presidente do Brasil.

Se no âmbito da política surgiram estadistas como Prudente de Moraes e Rodrigues Alves, na Administração Pública havia homens como Pereira Passos, Oswaldo Cruz e o Barão do Rio Branco. O primeiro comandou a urbanização do Rio de Janeiro; o segundo liderou uma verdadeira revolução na saúde pública. Combateu epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica no país, o que tornou o seu trabalho de sanitarista conhecido e reconhecido mundialmente. O Barão do Rio Branco foi o grande chanceler brasileiro. Ele foi responsável pela resolução pacífica das disputas fronteiriças do Brasil com os nossos vizinhos latino-americanos.

Além de se dedicarem à política e à Administração Pública, muitos desses homens virtuosos eram exímios intelectuais. Fundada em 1897, a Academia Brasileira de Letras tornou-se um colégio de homens públicos. Machado de Assis, seu primeiro presidente, foi funcionário público; Joaquim Nabuco, Graça Aranha e Oliveira Lima, diplomatas. O Barão do Rio Branco era ministro das Relações Exteriores e Rui Barbosa, senador e ex-ministro da Fazenda. A diversidade de opiniões políticas e as divergências ideológicas entre os políticos-intelectuais enriqueceram as discussões e os debates sobre os rumos do país. O que os unia não era a crença em ideologias, mas em princípios: nos ideais democráticos, na importância das instituições e nos valores liberais. Esses homens tornaram-se uma espécie de arcabouço intelectual, moral e político da nação; eles formavam o núcleo da “república dos Conselheiros”.

Durante as duas primeiras décadas da República, os Conselheiros venceram a batalha contra os caudilhos e os revolucionários que ameaçaram a ordem institucional. Conseguiram combatê-los por meio do Estado de Direito e foram capazes de criar uma

república civil, constitucional e liberal. É verdade que o êxito da política dos Conselheiros deveu-se ao fato de se restringir as principais decisões de Estado a uma pequena elite, que controlava os processo eleitoral e os principais cargos políticos da nação. Os Conselheiros acreditavam que a política era um assunto de gabinete, de um grupo restrito de homens que tinham visão e capacidade de controlar o processo político, frear os demagogos e conter os radicais militares; a sobrevivência da República dependia da preservação de uma discussão sensata dos rumos da nação e da condução da política pública. Esta maneira exclusivista de tratar as questões de Estado era típica do século XIX, mas se tornou insustentável no início do século XX.

A expansão da indústria e do comércio e o crescimento da população urbana estimularam o despertar da consciência política. As demandas políticas da classe média não podiam ser mais ignoradas. Elas tinham de ser incorporadas ao sistema político. Havia uma necessidade imperiosa de se reformar o Estado e de democratizar o processo de decisão política. Era preciso combater as fraudes eleitorais e transformar o voto popular num mecanismo legítimo de manifestação democrática da vontade da nação. Mas, a constante ameaça à ordem institucional advinda das revoltas militares e dos levantes insuflados pelos caudilhos retardou o processo de abertura política.

A República dos Conselheiros acabou com o malogro da campanha civilista. Este movimento surgiu durante a campanha presidencial de Rui Barbosa em 1909. Ele foi o último esforço da geração dos fundadores da República de renovar o sistema político por meio do voto democrático. A partir de 1910, o enrijecimento do sistema político e a sua incapacidade de se renovar levaram-no à atrofia e ao imobilismo. A República dos Conselheiros transformou-se na república dos oligarcas.

Seus dirigentes acreditavam que a preservação da ordem e da estabilidade das instituições era mais importante que a necessidade de se reformar o sistema político. Este é um erro fatal, que leva o governo à impotência e a nação à decadência. O desenvolvimento gradual das instituições é o único meio de fortalecer a democracia e preservar a liberdade. É uma ilusão acreditar que se pode garantir a ordem e a estabilidade política sufocando a liberdade. Não há estabilidade duradoura sem liberdade. A nação é um organismo vivo, que necessita ser lapidado pela inovação das idéias, pela concorrência econômica saudável, pelo estímulo às experiências e aos experimentos, pela renovação dos costumes e pelo fomento à criatividade. A liberdade ajuda a despertar a consciência cívica, a valorizar a democracia e a fortalecer o espírito de cidadania.

Ao ser incapaz de conciliar a estabilidade política com a capacidade de inovar, a República liberal pereceu. Ela foi dilacerada pelo espírito oligárquico, que temia o liberalismo, pela obstinação de manter o regime político fechado e pela perseguição de uma política econômica protecionista a partir de 1906. Mas, esta obra se concentra na ascensão e no apogeu da República dos Conselheiros, que compreende o período de 1890 a 1909.

Esta foi a época dos estadistas que tinham visão, determinação e coragem de implementar uma República liberal no Brasil. Acreditavam nos valores democráticos, nos princípios constitucionais, nas liberdades individuais e no liberalismo econômico. Lutaram pela criação das instituições democráticas e para livrar o país do poder arbitrário dos caudilhos e do mando absolutista inaugurado pelos Generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Não há risco maior para a democracia do que a ausência de estadistas virtuosos e de instituições sólidas que assegurem as liberdades individuais. Como dizia Tocqueville, que escreveu uma obra monumental sobre a democracia americana, “a ideia dos Direitos não é outra coisa senão a ideia da virtude introduzida no mundo político”.

O GOLPE DO DIA 15



No dia 6 de novembro de 1889, Manoel de Campos Sales, chefe do Partido Republicano Paulista, recebeu uma carta que o deixou eufórico. Aristides Lobo, seu amigo e militante republicano, escreveu-lhe do Rio de Janeiro para contar que o Marechal Deodoro da Fonseca, líder supremo do Exército, havia aderido à conspiração para derrubar a monarquia. Os republicanos estavam tramando um golpe de Estado há alguns meses, mas, sem o respaldo dos militares, não teriam sucesso em tomar o poder. Com a adesão do Marechal Deodoro, ponderava o missivista, a ‘revolução’ republicana estava prestes a eclodir.

Aristides Lobo recomendava a Campos Sales que mobilizasse os republicanos paulistas e embarcasse imediatamente para o Rio de Janeiro. A presença do presidente do PRP – o Partido Republicano Paulista – no Rio de Janeiro era imprescindível

no momento em que os principais líderes do levante articulavam os lances derradeiros do golpe republicano. Se Campos Sales não pudesse deixar São Paulo, deveria enviar à capital Francisco Glicério, outra figura notável do Partido Republicano Paulista.

Campos Sales leu e releu a carta de Aristides Lobo. O senso de urgência, o clamor para mobilizar os paulistas e a convocação para que partisse imediatamente para o Rio de Janeiro não deixavam dúvidas de que chegara o grande momento da sua vida. Ele pegou a carta, colocou-a no bolso e foi para o escritório de Rangel Pestana, diretor do jornal a *Província de São Paulo*. Além de ser um dos chefes mais influentes do PRP, Rangel Pestana comandava o principal jornal republicano de São Paulo. A carta não deixava dúvida: era preciso agir rápido. Campos Sales e Rangel Pestana resolveram despachar telegramas e mensagens, convocando os principais líderes do partido para uma reunião de emergência. Bernardino de Campos, o futuro ministro de Estado e governador de São Paulo, foi o primeiro a chegar na redação da *Província de São Paulo*, onde ouviu o relato da carta de Aristides Lobo.

A cúpula do Partido Republicano Paulista reuniu-se na casa do médico Luís Pereira Barreto no dia 6, à tarde. Além do anfitrião, encontrava-se Campos Sales, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Adolfo Gordo, Vitorino Camilo, João B. de Melo e Oliveira e M. Lopes Oliveira. Dois dos principais líderes republicanos não se encontravam na cidade; Francisco Glicério estava em Campinas e Prudente de Moraes, em Piracicaba. Ambos receberam o telegrama de Campos Sales, afirmando que “motivos urgentíssimos” exigiam a presença dos dois em São Paulo. Glicério chegou à noite na capital paulista e Prudente de Moraes, na manhã do dia 7 de novembro.

Reunidas todas as figuras proeminentes do partido na manhã do dia 7, Campos Sales, como presidente do PRP, não conteve o

seu entusiasmo com as perspectivas da revolução; “coube-me fazer a exposição do movimento inicial da revolução e lembrar aos correligionários a conveniência de prepararmo-nos para todas as eventualidades dela”¹. O momento exigia coragem, perseverança e determinação. Se os republicanos perdessem a batalha contra a monarquia, teriam de estar preparados para enfrentar o ostracismo, a prisão ou a própria morte. Por outro lado, se fossem vitoriosos, teriam de construir a república liberal e democrática, que prometia acelerar as reformas políticas, promover a democracia, assegurar a liberdade econômica e garantir a ordem institucional. O Brasil estava inaugurando um novo capítulo da sua história e eles eram responsáveis por escrevê-la.

As palavras de Campos Sales despertaram nos presentes uma mistura de excitação, nervosismo, apreensão e coragem. O único que parecia imune ao discurso empolgante de Campos Sales era Prudente de Moraes. Sentado numa poltrona, aquele homem alto e esguio, com sua barba comprida, olhar atento e semblante sereno, perscrutava as palavras e gestos de Campos Sales. Prudente de Moraes não se entusiasmava com revoluções; ele acreditava que as mudanças duradouras são lentas, graduais e moldadas pelo acúmulo dos erros e acertos que costumam esculpir a história dos povos e nações. Enquanto os revolucionários se entusiasmavam com a luta contra a monarquia, ele meditava sobre os desafios de implantar a república liberal no Brasil. Derrubar um regime lhe parecia fácil; o difícil era construir um novo sistema de governo que garantisse a ordem, a liberdade, a democracia e o livre comércio.

Os pensamentos de Prudente de Moraes foram interrompidos pelas palavras de Campos Sales, que anunciava o código secreto que serviria de senha para avisar aos republicanos paulistas que o golpe estava em marcha. Ficou decidido que Francisco Glicério

¹ Ribas, Antonio Joaquim. Perfil Biográfico do Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales. Editora Universidade de Brasília, 1983. Página 82.

partiria para o Rio de Janeiro, juntar-se-ia aos líderes da revolução e utilizaria o código secreto para informar os republicanos paulistas sobre o desenrolar do golpe militar. Campos Sales disse a Glicério; “você embarca para o Rio e, de lá, nos telegrafará sobre o que se passa. Já se sabe: *transação* quer dizer revolução, *banco*, Exército; *penhor agrícola*, décimo regimento da cavalaria”².

Não havia tempo a perder. Francisco Glicério partiu para a Corte no mesmo dia, 7 de novembro. Quando chegou ao Rio de Janeiro, se encontrou imediatamente com os principais líderes do movimento revolucionário, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant. Foram dias de confabulação, reuniões secretas, discursos nos clubes militares para mobilizar os soldados e encontros reservados na casa do Marechal Deodoro da Fonseca. No dia 12 de novembro, Glicério telegrafou a Campos Sales para lhe dar boas notícias; “*Banco* aceita a *transação*. Mande notícia *penhor agrícola*”. A Revolução poderia eclodir a qualquer instante.

No Rio de Janeiro, Francisco Glicério viveu os oito dias mais intensos da sua vida. Quando chegou na capital e se encontrou com os principais líderes republicanos, Glicério descobriu que Aristides Lobo havia exagerado ao descrever em sua carta o entusiasmo do Marechal Deodoro da Fonseca pela Revolução. Glicério percebeu que Deodoro estava descontente com o governo, mas não com a monarquia. O marechal acreditava que o governo havia “ofendido e insultado” o Exército, mas D. Pedro II, o velho monarca que governava o Brasil desde 1841 e sacrificara a vida pela nação, era um homem de bem, a quem ele “devia favores”. Além disso, disse o marechal, o imperador estava velho e doente, e não merecia ser deposto no fim da vida.

² Peixoto, Silveira. A Tormenta que Prudente de Moraes Venceu! Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1990. Página 38.

O discurso de Deodoro deixou os republicanos desesperados. Sem o apoio do Exército, eles jamais chegariam ao poder. A República era defendida por uma minoria de profissionais liberais, soldados e oficiais de baixa patente. A idéia de substituir a monarquia pela República não contava com o apoio da população. Os republicanos foram incapazes de se transformar numa força política expressiva. Eles conseguiram eleger representantes para as câmaras municipais e provinciais, mas nunca elegeram mais de cinco deputados para o Parlamento nacional. A causa republicana tampouco atraiu uma fatia significativa da elite política, econômica e social. Não havia grandes homens de negócios, estadistas e generais se alistando nos partidos republicanos.

A República estava associada à abolição da escravidão. Os movimentos republicanos cresceram nas províncias explorando a imagem de que monarquia e escravidão eram sinônimos. A Coroa não sobreviveria sem o trabalho servil e, portanto, para erradicar a escravidão, era preciso acabar com a monarquia. Os fatos, porém, provaram o contrário. A abolição deixou de ser uma bandeira exclusivamente republicana e tornou-se uma causa nacional a partir de 1880, quando a imigração de trabalhadores europeus provou ser uma alternativa concreta ao trabalho escravo. A campanha abolicionista rompeu as divisões partidárias, unindo republicanos e vários monarquistas dos dois grandes partidos do Império – Conservador e Liberal – na luta contra a escravidão. Em maio de 1888, o governo conservador, liderado por João Alfredo, proclamou a Lei Áurea, que aboliu a escravidão do Brasil.

Com o fim do trabalho escravo, os republicanos perderam a sua grande bandeira política. Corriam risco de serem dizimados nas eleições de 1889, se não reinventassem rapidamente o seu discurso e redefiniram a sua plataforma política. Os partidos monarquistas aproveitariam a vitória da abolição para acelerar as reformas políticas. A maioria das propostas republicanas foi incorporada pelos partidos conservadores e liberais. Desde